

1. Introdução

A presente tese é tributária da dissertação apresentada em 2004 no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que teve por objeto de investigação o acervo azulejar setecentista instalado no claustro e na sala do consistório do edifício dos irmãos franciscanos de Salvador, cujos programas iconográficos representam, respectivamente, cenas da “Entrada” festiva, ocorrida em Lisboa, em fevereiro de 1729, em homenagem ao casamento de D. José e a Princesa das Astúrias Dona Maria Ana Vitória de Bourbon; e dez vistas do lado oriental da cidade de Lisboa. Sendo objeto de natureza pictórica de grande valor documental – já que constitui um registro único em suporte cerâmico da capital do Império antes do terremoto de 1755 –, a azulejaria dos Terceiros soteropolitanos foi analisada como uma *representação simbólica* inerente à cultura política barroca portuguesa prevalecente durante o reinado de D. João V (1707-1750). A instalação dos painéis com cenas laicas referentes às efemérides reais foi compreendida como um sintoma, um testemunho das relações privilegiadas entre o monarca e os membros da aristocrática Ordem seráfica soteropolitana, oriundos da elite agrária local, súditos leais e principais contribuintes do imposto cobrado para o pagamento dos dotes do casamento real, que selou a paz entre as duas Coroas ibéricas na primeira metade do século XVIII.

Os estudos realizados acerca da Ordem Terceira de São Francisco de Salvador apontaram para as dinâmicas sociais inerentes à composição das entidades religiosas assistencialistas, que congregavam as elites locais da sociedade colonial da América portuguesa. A primeira proposta de pesquisa submetida para o ingresso no Programa de Pós-graduação do Departamento de História da PUC-Rio para o curso de Doutorado, elaborada em 2005, teve como objetivo produzir uma análise sobre a composição social e a interação política dos membros das Ordens Terceiras de Salvador e do Recife durante os fins do século XVII e a primeira metade do século XVIII, período de florescimento das agremiações leigas seráficas, enquanto espaços devocionais e de representação

das elites locais no contexto colonial. As Ordens leigas franciscanas coloniais tendiam a reproduzir a composição social de suas congêneres do reino. Pautadas pela manutenção do patamar nobiliárquico, que também regulamentava a admissão às Misericórdias e às Ordens militares de Cristo, Assis e Santiago, as Irmandades franciscanas formavam verdadeiros redutos exclusivos, nos quais prevalecia o conceito de “limpeza” ou “pureza de sangue”. Com pequenas variações locais, seus estatutos estabeleciam uma seleção pecuniária e proscreviam o ingresso de homens de cor, de “marranos”, pessoas consideradas de “raça infecta”, ou portadoras de “defeitos mecânicos”, ou seja, aqueles indivíduos cujos ascendentes ganhavam sustento à base do trabalho manual, considerado vil.

Entretanto, à medida que a pesquisa com as fontes foi aprofundada, o objeto a ser investigado foi concentrado no estudo do caso da agremiação recifense, pois este se mostrou mais instigante, por encerrar aspectos singulares, que aduzem à experiência histórica da capitania de Pernambuco, no cômputo das dinâmicas históricas da América portuguesa, verificada após a dominação holandesa, a partir de 1654. Embora as entidades soteropolitana e recifense tenham partilhado da tradição devocional seráfica, do respeito às precedências, às hierarquias e do gosto pela magnificência dos cultos fúnebres e das celebrações religiosas, suas composições sociais internas eram muito distintas entre si. Em Salvador, a Ordem Terceira franciscana era formada por senhores de engenho, plantadores de cana e criadores de gado do sertão. Eram proprietários rurais com alguma vocação intelectual, conforme o exame efetuado das biografias de alguns de seus membros mais ilustres. A Irmandade recifense, ao contrário, foi constituída quase exclusivamente por “homens de negócio”, portadores de “defeito mecânico”, egressos do reino em condição subalterna. Fundada e composta majoritariamente por mercadores, a base social da Ordem Terceira do Recife constitui um caso específico no conjunto das Irmandades seráficas coloniais, que se relaciona à questão da mobilidade social, da ascensão de novos grupos sociais e do alargamento do poder local. Em Pernambuco, o produtor agrícola colocou-se em oposição à emergência do elemento mercantil, cristalizada na divisão entre a vila de Olinda, berço dos produtores rurais do açúcar, e o Recife, porto natural privilegiado, núcleo da mercancia ultramarina. A relação umbilical entre os “homens de negócio” emergentes do Recife aos fins do século

XVII e a constituição da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Padre Seráfico do Recife em 1695, e as injunções políticas protagonizadas por esses homens, no processo que resultou na elevação do povoado à condição de vila em 1710 e em 1711, quando do fim da chamada Guerra dos Mascates, constitui o campo investigativo da presente tese.

1.1.

O objeto de estudo

O objeto de investigação da tese está centrado no estudo do processo da constituição da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco do Recife, enquanto espaço de sociabilidade e de legitimação social dos mais prósperos “homens de negócio” egressos da comunidade mercantil emergente na praça do Recife, na segunda metade do século XVII, após o período de ocupação holandesa da Companhia das Índias Ocidentais (1630-1654), em articulação às injunções políticas que resultaram na emancipação do Recife e na instalação da Câmara dos vereadores da nova vila. Foram identificadas as origens, as trajetórias e os perfis biográficos de alguns dos mais destacados dirigentes fundadores da Ordem leiga franciscana, com vistas ao protagonismo político desses homens na ocupação dos cargos “honrosos da República”, no processo de elevação do povoado à categoria de vila independente de Olinda, em 1710, e na instalação da nova Câmara, que resultou no chamado “conflito dos mascates” (1710-1711). O propósito foi ainda traçar a atuação de alguns membros da Irmandade Terceira nas eleições para os primeiros oficiais camaristas da nova vila, nos pelouros de 1710 e de 1711, de modo a aferir o papel desses devotos seráficos no processo de afirmação e consolidação do poder local, quando da conquista da autonomia política do Recife.

O primeiro capítulo trata dos antecedentes históricos à constituição canônica da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Recife, ocorrida em 12 de junho de 1695. A análise é centrada na formação do núcleo urbano do Recife, na vocação mercantil da praça, na centralidade lograda durante a ocupação holandesa e no conturbado período *post bellum*, no qual se verificou o acirramento das disputas com a vila de Olinda. O foco no desenvolvimento urbano do Recife tem como eixo a construção e a presença estratégica do

convento franciscano, berço tradicional das Ordens Terceiras dos leigos seráficos. A escrita do capítulo foi conduzida no sentido de dar conta das conjunturas históricas específicas da capitania de Pernambuco no decorrer do século XVII, de modo a identificar as dificuldades e vicissitudes enfrentadas pelos moradores do Recife em formar a Irmandade franciscana, na sequência da construção do convento, conforme rezava a tradição das comunidades seguidoras do legado religioso de Francisco de Assis. A questão do desenvolvimento urbano do Recife é abordada em conjunto com o exame das dinâmicas sociais, de mobilidade social e de emergência do grupo mercantil, expressas no levantamento das trajetórias de alguns homens que encarnaram e protagonizaram os processos históricos analisados.

O marco cronológico está iniciado no período *ante bellum*, quando da instalação do convento Franciscano de Santo Antônio em 1606. O convento tornou-se foco da devoção antoniana e marco do desenvolvimento urbano da praça do Recife, burgo de marinheiros, onde viviam pescadores e oficiais da ribeira. Na crônica coeva de Frei Vicente de Salvador, o Recife é descrito como o “porto de Olinda”, cabeça da capitania de Pernambuco. Sétimo em ordem das fundações conventuais na América e quarto dedicado a Santo Antônio, o templo franciscano, localizado na ilha de Antônio Vaz, na desembocadura dos rios Capibaribe e Beberibe, em direção dos engenhos implantados na várzea do Capibaribe, traduz a articulação dos religiosos seráficos não só com os moradores e mareantes da então pequena póvoa portuária, mas também com a produção do açúcar nas margens do Capibaribe. Entretanto, na sequência da construção do convento recifense, a despeito do dinamismo do porto e da produção de açúcar, não foi logo instalada a Ordem Terceira, a exemplo do que ocorreu em Salvador, cuja entidade leiga foi fundada em 1625, logo após a invasão holandesa em 1624, quando só havia a construção primitiva do convento, datada de 1587. Os senhores de engenho da várzea do Capibaribe estavam identificados com as entidades católicas instaladas em Olinda, sede da açucarocracia local.

Durante o período holandês, em que o Recife ganhou centralidade, notadamente a ilha de Antônio Vaz, transformada na Nova Mauristaadt, o convento de Santo Antônio foi apoderado, alterado em fortificação militar e profanado pela realização do culto reformado dos hereges batavos. A proibição de

cultos públicos da fé católica e a conseqüente desarticulação dos frades franciscanos, assim como os esforços envidados para a expulsão dos inimigos invasores formaram obstáculos à constituição da Irmandade seráfica no Recife. A guerra pela reconquista do Recife à suserania portuguesa e a liberação da ilha de Antônio Vaz pelas tropas lideradas por João Fernandes Vieira, em 1654, não ensejaram a imediata instalação da Irmandade seráfica no convento franciscano ali localizado. Embora Fernandes Vieira tenha comandado a retomada da ilha de Antônio Vaz e tenha sido devoto de Santo Antônio, santo que inspirou a guerra contra os holandeses, ele não fez marcar seu nome no convento recifense. Seu processo de enlevação social na capitania obliterou a “falta de qualidade de nascimento” e suas origens “mecânicas”. Vieira logrou ascender aos quadros da Santa Casa da Misericórdia de Olinda, onde ocupou o cargo de provedor, como um representante autêntico da nobreza da terra. Ele estava, portanto, identificado com o universo simbólico e social dos proprietários rurais de Olinda. O Restaurador faleceu em 1681, momento que marcou o início do processo de afirmação social dos primeiros grupos de mercadores recifenses enriquecidos em atividades de “grosso trato”.

Enquanto procedimento metodológico, a análise dos perfis de alguns benfeitores do convento foi elaborada a partir do cruzamento das informações fornecidas pelo cronista e historiador da Ordem franciscana, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), em seu **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil** (1761), e pelos registros genealógicos compostos por José Victoriano Borges da Fonseca (1718-1786) na **Nobiliarquia pernambucana** (terceiro quartel do século XVIII), fontes setecentistas de grande relevância para a construção da tese. Eles escreveram contemporaneamente. A obra de Frei Jaboatão, concernente à história da Ordem dos frades menores na América portuguesa, é uma fonte recorrente à construção dos capítulos da tese. O franciscano teve sólidos conhecimentos históricos. Ele pesquisou nos arquivos franciscanos e beneditinos. Seu **Novo orbe seráfico brasileiro ou crônica dos frades menores da província do Brasil**, redigido na maturidade, foi também baseado nas principais crônicas sobre o período holandês, entre os quais as **Memórias diárias da guerra do Brasil** (1654), de Duarte de Albuquerque Coelho, a **História da guerra brasílica** (1675), de Francisco de

Brito Freire, **Castrioto Lusitano** (1679), de Frei Rafael de Jesus, e o **Valeroso Lucideno** (1648), de Frei Manuel Calado do Salvador, com cujas duas últimas obras estabeleceu uma certa desconfiança por terem obliterado a ação dos franciscanos nas guerras holandesas. O catálogo genealógico de Borges da Fonseca, dedicado a registrar os ramos familiares da açucarocracia oriundos dos primeiros povoadores da Nova Lusitânia, ou daqueles transplantados antes de 1630, que lutaram na guerra contra os holandeses, foi um estudo construído sob inspiração nativista. A pesquisa foi baseada em manuscritos genealógicos compostos na capitania anteriormente a seu tempo e pelo livro de registro dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Olinda, onde o nobiliarista trabalhou como escrivão. Borges da Fonseca também consultou o Arquivo da Câmara da vila de Olinda e os da Sé. Ele se preocupava em adotar um “método”. A obra monumental do padre Antônio Caetano de Souza, autor da **História genealógica da Casa Real Portuguesa** (13 volumes, 1735-1749), serviu-lhe de modelo.

O cotejamento das duas obras demonstra que os homens e mulheres ali enterrados em jazigos proeminentes foram pessoas de fé, na maioria moradores do Recife e proprietários de bens de raiz urbanos, sem ligação direta com os agricultores olindenses ou com os descendentes dos heróis da Restauração, identificados com o grupo da nobreza da terra. Para Borges da Fonseca, a nobreza da terra não coincidia necessariamente com a nobreza de sangue ou com os ramos das famílias fidalgas do reino. Enquanto mitologia construída no século XVIII, formava a nobreza da terra os descendentes das primeiras famílias duartinas, proprietários de engenhos de açúcar e os netos dos Restauradores, considerados vassalos leais pelos serviços militares prestados à Coroa. O jazigo do Restaurador negro Henrique Dias, ligado à devoção popular de São Benedito, foi uma exceção. Dentre os moradores do Recife, destaca-se a figura central de Joaquim de Almeida (chegou em Pernambuco nos anos sessenta do século XVII e faleceu em 1720), síndico do convento, nascido no reino e oriundo da esfera mercantil da praça. O mercador recifense, ao lado de frei Jácome da Purificação, provincial franciscano, partidário dos comerciantes locais, foram os responsáveis diretos pela quebra da resistência do Cabido de Olinda e da Ordem Terceira franciscana da vila duartina, pela constituição da Ordem Terceira do Recife. Joaquim de Almeida e o religioso, que teve uma vida atribulada e morreu com mais de 90 anos a bordo à entrada da

barra do porto do Recife, imprimiram a matriz mercantil da Irmandade seráfica do Recife, que se firmou como uma agremiação quase exclusiva dos “homens de negócio” da praça, constituindo um caso de flexibilização às regras de admissão das entidades seráficas, que tradicionalmente prescreviam o veto aos “homens sem qualidade” de origem “mecânica”.

O segundo capítulo começa por examinar a questão das Ordens Terceiras franciscanas fundadas na América portuguesa, no âmbito da tutela exercida pela monarquia sobre as Ordens religiosas, que submetiam seus estatutos à aprovação das autoridades metropolitanas. Por via de regra, as Ordens leigas do ultramar modelavam seus estatutos nos documentos instituidores das entidades congêneres portuguesas, com algumas adaptações locais. A incorporação e reprodução dos valores nobiliárquicos segregacionistas, baseados no estatuto social da “pureza de sangue” e dos homens isentos de “defeito mecânico” associado ao trabalho manual e à racionalidade das atividades mercantis, contrária ao sentido de nobreza, são também tratadas no corpo desse capítulo. Embora não remanesça nos arquivos da Ordem o estatuto firmado por ocasião de sua constituição, em 12 de junho de 1695, as investigações aduzem à flexibilização do paradigma nobiliárquico, uma vez que a Ordem Terceira do Recife comportou no seu nascedouro os membros mais proeminentes da comunidade mercantil da praça. Nesta parte do trabalho, são analisadas as ações para a constituição canônica da Ordem leiga e a deliberação imediata para a construção da capela, obra comandada pelos ricos “homens de negócio” do Recife, em processo de afirmação social.

A aprovação da constituição da entidade seráfica recifense, na reunião do capítulo da Ordem realizada em Salvador, em 20 de novembro de 1695, quando também a Mesa do Definitório aceitou a petição para a construção da capela, representou um sinal inequívoco do prestígio social dos irmãos congregados do Recife. Considerando os embargos impostos pelos olindenses, Joaquim de Almeida e Frei Jácome da Purificação tomaram diligências imediatas para o início da construção da capela, cuja escritura foi assinada em 13 de maio de 1696. A construção da Capela do Noviciado, que ficou conhecida como Capela Dourada, pela decoração interna em talha coberta em ouro fino, conformou um espaço de sociabilidade próprio para os membros da Ordem, marcado pelo fausto e pelo

sentido de exclusividade e de segregação social, onde eram celebradas com pompa as efemérides dos santos seráficos, e onde se faziam os enterramentos e as exéquias dos irmãos congregados. A documentação compulsada nos arquivos da Ordem e as informações extraídas da narrativa de Frei Jaboatão revelam o endosso simbólico às aspirações de afirmação social dos Terceiros recifenses por parte do governador da capitania de Pernambuco Caetano Mello e Castro (1693-1699), presente nas cerimônias que marcaram a colocação da primeira pedra do templo e na solenidade de inauguração em 15 de setembro de 1697. As pesquisas revelaram também a estreiteza do relacionamento do governador, no campo dos negócios, com os mercadores do Recife envolvidos diretamente nas obras de construção da capela, notadamente com Joaquim de Almeida e com Antônio Fernandes de Matos, apesar de D. Pedro II (1683-1706) ter mantido até o final de seu reinado uma política favorável à conservação dos privilégios dos olindenses.

Antônio Fernandes de Matos (1640-1701) foi um personagem de grande relevo no seio da Ordem, sobretudo na construção da capela, cujo projeto foi por ele comandado. O percurso social de Fernandes de Matos na capitania de Pernambuco, de imigrante pobre a senhor de amplos cabedais, bem como sua ação construtiva no Recife após a Restauração, constitui um ponto significativo na composição dos conteúdos desse capítulo. A obra biográfica de autoria de José Antônio Gonsalves de Mello, **Um mascate e o Recife** (1957), compila uma série de documentos importantes sobre a vida e a obra de Fernandes de Matos, aqui muito utilizados. Assim como Joaquim de Almeida, Fernandes de Matos integrava o grupo de “homens de negócio” do Recife. Ambos fizeram parte da corrente migratória de cristãos-velhos, nascidos no norte de Portugal, que se enlevou socialmente no Recife no trato mercantil.

Na documentação existente sobre a edificação da capela, também aparece o nome do irmão de Luís Cardoso, figura singular entre os “homens de negócio” do Recife. Cardoso comungava com Joaquim de Almeida e Fernandes de Matos a origem mecânica e a posse de cabedais acumulados nas atividades mercantis. Entretanto, ele teria sido um homem de cor parda. Ao falecer em 1724, deixou um grosso legado para a Ordem Terceira do Recife, onde foi aceito, a despeito do requisito de “pureza de sangue”. Seu ingresso na Irmandade reflete a inclinação dos irmãos recifenses em flexibilizar os dispositivos seletivos, em função do

critério pecuniário. Embora tenha sido permitida sua filiação à Ordem dos Terceiros, seu nome não consta nas pautas dos cargos de ministro, síndico ou secretário da Irmandade. O requisito “limpeza de sangue” era indispensável para o alcance do topo da hierarquia da Ordem. Vale acrescentar que o seu “defeito mecânico” não trazia apenas as marcas das atividades mercantis, mas também as do trabalho escravo.

Antônio Fernandes de Matos e Joaquim de Almeida foram figuras de grande vulto no processo de instituição da Ordem Terceira de São Francisco do Recife. Eles também lideraram as obras da capela, símbolo da afirmação social e econômica dos Terceiros. Ao findar o século XVII, os dois “homens de negócio” do Recife já prestavam inúmeros serviços ao rei, integrando-se na “economia política dos privilégios”, capitaneada pela Coroa portuguesa. Se o primeiro se destacou como construtor de templos católicos e de melhoramentos urbanos, o segundo serviu como capitão das ordenanças do Recife, auxiliou nas despesas das expedições de extermínio do Quilombo dos Palmares e arrematou impostos para as fazendas reais. Joaquim chegou a ser aceito na Santa Casa da Misericórdia de Olinda, em 1695, e foi eleito oficial do Senado da Câmara de Olinda, em 1703, em condição secundária de mercador. Fernandes de Matos faleceu em 1701, antes do acirramento das disputas que resultaram na enlevação do povoado à condição de vila em 1710. Joaquim ainda viveu mais duas décadas. Como ex-ministro da Ordem Terceira (1696-1697 e 1702-1703), ele testemunhou as querelas para a realização da procissão penitente dos Terceiros e teve participação ativa nas injunções políticas do processo de criação da vila do Recife, para a qual foi o primeiro oficial eleito para o primeiro pelouro da Câmara, em 1710. Restaurada a autonomia municipal do Recife, seu nome constou do segundo pelouro de 1711.

O terceiro capítulo da tese examina a questão da realização da procissão das cinzas pelos Terceiros recifenses, um rito de visibilidade pública de afirmação da grandeza de seus membros. Constituída canonicamente a Ordem, levantada a capela, queriam os Terceiros recifenses realizar o tradicional desfile penitente seráfico independente de Olinda, no primeiro dia da quaresma, conforme rezava a tradição. Entretanto, os recifenses encontraram forte oposição por parte dos olindenses. A arquitetura do capítulo foi estruturada no sentido de tratar a questão da procissão enquanto manifestação simbólica inserida no âmbito das disputas

políticas do Recife e de Olinda. Além da crônica franciscana de Frei Jaboatão e das narrativas coevas favoráveis à causa mascate, a documentação existente nos arquivos da Ordem Terceira do Recife, trazida a lume por Fernando Pio em **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas** (1975), serviu de base à pesquisa.

No soneto “A procissão das cinzas de Pernambuco”, composto entre 1691 e 1696, o poeta Gregório de Matos descreve o rito penitente franciscano como um préstito pobre e decadente. Seus versos certamente registravam a procissão dos irmãos Terceiros de Olinda, uma vez que o desfile recifense só foi autorizado a sair em 1710. O cortejo que o poeta registrou em versos era apenas um reflexo pálido dos espetáculos penitentes promovidos pela Ordem Terceira de Salvador. Frei Jaboatão narra a procissão soteropolitana como um desfile marcado pelas precedências e pela pompa barroca, em contraste com o soneto de Gregório de Matos. No âmbito do discurso literário, o poeta acentua as origens raciais das figuras que acompanham a procissão de Olinda, identificadas com a ralé da sociedade colonial.

Descontando a ênfase satírica do poeta, aos fins do século XVII, a procissão das cinzas de Olinda não partilhava da grandiosidade dos ritos penitentes realizados nas principais vilas da colônia. Entretanto, o préstito dos Terceiros olindenses amparava-se na prerrogativa que gozava a Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Olinda de ter sido a mais antiga instituição seráfica fundada na América portuguesa, *circa* 1555-1575. A primeira procissão promovida pelos membros da Ordem Terceira da vila saiu em 1620, pelo menos duas décadas antes do primeiro préstito de Salvador. Curiosamente, Frei Jaboatão não fez menção à procissão dos Terceiros olindenses, a despeito do tratamento minucioso dedicado aos primórdios da fundação da Ordem na vila duartina. Entretanto, de sua crônica histórica, é possível apreender a sociabilidade e o poder dos primeiros seráficos olindenses, pertencentes aos estratos aristocráticos canavieiros dos troncos familiares advindos com os primeiros donatários. Se do texto de Frei Jaboatão é possível aferir as origens aristocráticas da Ordem Terceira de São Francisco de Olinda, a questão que se coloca é a razão de seu silêncio relativamente ao desfile das cinzas.

Durante a primeira década do século XVII, no período *ante bellum*, Olinda, cabeça da capitania, gozava o auge da grandeza da produção açucareira, considerada a área mais próspera da América portuguesa. A vila, sede urbana dos senhores de engenho, vivia a euforia da riqueza do açúcar. De acordo com relatos coevos, inclusive de Frei Jaboatão, em Olinda imperavam a opulência, o luxo e a distensão da moralidade e da observância dos princípios religiosos católicos. Neste ambiente conspícuo, o espetáculo alegórico da procissão das cinzas, inspirado no catolicismo reformado, não encontrou solo fértil. Os senhores de engenho e sua famílias, que não permaneciam na vila durante todo o ano, ocupavam-se com as atividades do Senado da Câmara e com a Santa Casa da Misericórdia, onde exerciam, respectivamente a governança da terra e a sociabilidade católica de assistência.

Fundada provavelmente em 1539, a Santa Casa da Misericórdia de Olinda era o reduto exclusivo da açucarocracia, refratária ao ingresso das camadas mercantis. A Santa Casa da Misericórdia da vila partilhava dos critérios restritivos de acesso regidos pelo compromisso da entidade lisboeta, que preconizava a pureza de sangue e o ingresso de indivíduos sem “defeito mecânico”. Entretanto, a nobreza olindense não estava isenta de “sangue impuro”. Embora mais flexível à admissão de pessoas com “defeito de sangue”, o pertencimento à Misericórdia de Olinda era um sinal distintivo de enlevação social. Seu principal rito público era a procissão das endoenças. As cerimônias e as liturgias públicas organizadas pela Misericórdia conquistaram a preferência dos senhores de engenho e de seus familiares.

Se no período anterior a 1630 a procissão das cinzas dos Terceiros olindenses não se fez magnificente pela conspicuidade e pela rejeição dos olindenses à dramatização dos princípios ascéticos e também pela hegemonia exercida pela Misericórdia da vila, durante e após a ocupação holandesa, o quadro de desprestígio e de decadência do préstito foi acentuado. O assalto dos batavos em 1631, seguido de um incêndio devastador, trouxe danos irreversíveis para Olinda. O convento franciscano de Nossa Senhora das Neves foi também parcialmente incendiado e profanado. Após a restauração do domínio português, a vila jamais recuperou sua importância, sem oferecer condições para sediar o governo da capitania. Embora arruinada, em 1676, foi ali instalada a sede do

Cabido, o que lhe conferiu o título de “cidade”. A predominância dos prédios religiosos na paisagem urbana da outrora faustosa vila é descrita por Frei Jaboatão. A instalação do Cabido na vila arruinada fez prevalecer uma religiosidade específica, mais inclinada ao catolicismo clerical e menos voltada à ação dos leigos, das Irmandades e das confrarias.

Os membros do Cabido, em articulação com alguns representantes da Ordem Terceira franciscana de Olinda foram responsáveis pelo embargo à realização do préstito recifense. A procissão das cinzas do Recife só teve autorização para desfilar em 1710, mas não no primeiro dia da quaresma, conforme a tradição litúrgica dos seráficos. Em 1708, os irmãos franciscanos do Recife haviam recebido a encomenda feita em Lisboa de ricas imagens, de um novo Breve e de vestimentas para os santos de devoção seráfica destinados a engrandecer o préstito da praça. O intuito era realizar a procissão com solenidade, pompa e magnificência, exteriorizando o poder e o relevo social de seus membros. Embora tenha feito inúmeras petições, a Ordem Terceira do Recife não logrou movimentar sua procissão na quarta-feira de cinzas de 1709, por resistência dos membros do Cabido de Olinda. A querela continuou no ano seguinte, quando o Cabido foi ocupado pelo bispo D. Manuel Álvares da Costa, portador da carta régia de D. João V, que permitia a criação da vila e a delimitação do termo do Recife.

Por autorização do bispo, a saída do primeiro préstito penitente dos Terceiros recifenses ocorreu na primeira sexta-feira da quaresma, na tarde do dia 7 de março, quatro dias após a instalação do “pelourinho grande”, símbolo da autonomia municipal, erguido por ordem do governador Sebastião Castro e Caldas. A questão da querela do desfile da procissão, relacionada à criação da vila, foi objeto das narrativas dos cronistas partidários das facções rivais da capitania, cujas principais vozes são incorporadas às linhas de argumentação da tese, enquanto parte do plano metodológico adotado. O médico cirurgião Dr. Manuel dos Santos é autor da crônica simpatizante dos mascates, **Narração histórica das calamidades de Pernambuco** (1712, revisado em 1738 e 1749; publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico** em 1890). O cronista teve o propósito de refutar a versão de Sebastião da Rocha Pitta, **História da América portuguesa** (1730), sobre os antagonismos políticos e de corrigir a

ausência de informações produzidas sob a ótica dos recifenses. Entre os partidários da causa mascate, a narrativa do autor anônimo do **Tratado da capitania de Pernambuco e das sublevações que nela houveram até o ano de 1712** é também uma das fontes utilizadas na tese. Do ponto de vista na nobreza, além de Rocha Pitta, também foi considerado o texto de J. B. Fernandes da Gama **Memórias históricas da província de Pernambuco** (1844-1847), que transcreveu a crônica coeva dos acontecimentos atribuída ao Padre Gonçalves Leitão, um contraponto à visão mascatal dos conflitos da capitania.

Segundo o médico Manuel dos Santos, o impedimento da saída da procissão dos Terceiros resultou na radicalização do pleito recifense no sentido da elevação da praça à categoria de vila. De caráter oscilante, D. Manuel não manteve a decisão de permitir a movimentação da procissão das cinzas do Recife em 1711, em meio à chamada Guerra dos Mascates. Frei Jaboatão não comenta os embargos dos olindenses à realização da procissão do Recife. Entretanto, o franciscano descreve a magnificência do desfile realizado em 1720, quando este foi só então autorizado a sair no primeiro dia da quaresma. O préstito penitente organizado pelos leigos seráficos do Recife alcançou grande magnificência. O desfile aparatoso, igualável apenas ao da Irmandade seráfica do Porto, apresentou-se por todo século XVIII na cena urbana do Recife como um símbolo vivo do prestígio social e da riqueza de seus moradores mercadores, também atores do processo de emancipação política da praça.

Na sequência da querela sobre a saída da procissão das cinzas dos Terceiros recifenses, o último capítulo da tese está concentrado no exame das trajetórias biográficas e na participação de alguns membros da direção da Ordem leiga franciscana do Recife no processo de emancipação política da praça da vila de Olinda. À época das disputas pela saída da procissão das cinzas, ocupava o cargo de ministro da Ordem o comerciante reinol Simão Ribeiro Ribas, pertencente à comunidade mercantil do Recife. Casando-se com a filha de Miguel Correa Gomes, ele ingressou para a “família dos quatro cunhados”, importante clã formado por prósperos “homens de negócio” do Recife. Simão Ribeiro Ribas e seu sogro, Miguel Correa Gomes, ocuparam os cargos de maior relevância na Ordem Terceira do Recife. Ao lado de Domingos da Costa Araújo, seu concunhado, Correa Gomes foi responsável pelas investigações das provanças

genealógicas de Felipe Paes Barreto, membro da nobreza, que o reprovaram para o ingresso na Ordem de Cristo. Entretanto, a despeito de sua condição de mercador ligado à causa dos recifenses, não há registro do nome de Domingos da Costa Araújo na direção da Ordem leiga seráfica do Recife. Os dois cunhados atuaram para a elevação do Recife à condição de vila. Além de amplos cabedais, ao iniciar o século XVIII, eles já ostentavam comendas e distinções, malgrado seus “defeitos mecânicos”.

Assim como Miguel Correa Gomes e Domingos da Costa Araújo, Simão Ribeiro Ribas também obteve distinções honoríficas e fez constar seu nome na **Nobiliarquia pernambucana** de Borges da Fonseca, referido à linhagem de sua esposa, herdeira de um mascate rico e descendente de um herói da Restauração. A despeito da origem “mecânica”, Ribeiro Ribas desfrutou de certa consideração social pelos serviços prestados à Ordenança da capitania e por ter sido escrivão, ofício qualificante. Simão Ribeiro Ribas e seu sogro, Miguel Correa Gomes, exerceram ofícios na Ordenança, uma das vias mais propícias à mobilidade social. Ao iniciar o século XVIII, o genro e o sogro já reuniam as habilitações e os requisitos honoríficos e simbólicos para o exercício da governança local. Eles representavam os mascates mais detestados pela nobreza da terra, conforme a voz ressentida do Padre Gonçalves Leitão, partidário da nobreza.

Simão Ribeiro Ribas, Miguel Correa Gomes e Joaquim de Almeida integravam a alta hierarquia da direção da Ordem Terceira do Recife na primeira década do século XVIII. Eles se destacaram como ativos protagonistas nos embates para a autonomia política do Recife, notadamente na querela da saída da procissão das cinzas, considerada um episódio desencadeador do conflito político. O cumprimento da carta régia pelo governador Sebastião Castro e Caldas, de forma atabalhoada, com o levantamento do pelourinho às escondidas, como um fato consumado, criou instabilidade política, fazendo com que o processo de elevação do povoado do Recife à categoria de vila fosse marcado por sucessivas crises, que resultaram na chamada Guerra dos Mascates, na qual se envolveram os membros da Ordem leiga seráfica. Fixado o termo da vila, conforme a partilha polêmica indicada pelo governador, foram realizadas eleições para a formação da Câmara. O primeiro pelouro foi composto por “homens bons” do Recife e de Olinda. Pelo Recife, foram eleitos os irmãos franciscanos Simão Ribeiro Ribas e

Joaquim de Almeida. Este último logo passou a enfrentar a oposição de Lourenço Gomes Ferraz, morador do Recife engajado com a nobreza da terra.

Os primeiros meses do funcionamento da Câmara do Recife foram de crise. O governador não conseguiu estancar o descontentamento dos partidários de Olinda. Castro e Caldas acabou sendo alvejado por um assalto do grupo mais radical da nobreza. Convalescente, o governador ordenou a prisão dos membros das principais famílias de Olinda, o que desencadeou a conjura dos nobres. O governador não resistiu e fugiu para a Bahia, na madrugada de sete de novembro. Assumiu o governo da capitania o bispo D. Manuel Álvares da Costa, favorável aos olindenses. Com Castro e Caldas, seguiram os vereadores eleitos para a Câmara do Recife e outros homens da nova vila. Os dirigentes da Irmandade franciscana Joaquim de Almeida, Simão Ribeiro Ribas e Miguel Correa Gomes integraram o grupo que se retirou com o governador. Com eles, também seguiram o “homem de negócio” Domingos da Costa de Araújo, que tinha ligações familiares com Ribeiro Ribas e Correa Gomes, e o médico Domingos Pereira da Gama, cujo nome não consta das pautas dos cargos mais elevados da Irmandade. Pereira da Gama atuou nas campanhas sanitárias do Recife e foi próximo a Antônio Fernandes de Matos.

Os acontecimentos políticos paralisaram o funcionamento da Ordem Terceira franciscana do Recife, a partir do fim do ano de 1710 e por todo ano de 1711. Em marcha pelas ruas do Recife, os sublevados olindenses destruíram o cofre dos pelouros da Câmara e obrigaram a devolução das insígnias concernentes ao exercício camarário. A figura do fundador da Ordem Terceira, Joaquim de Almeida, foi ridicularizada, sendo depositária do ressentimento da nobreza contra os “homens de negócio” do Recife. Em fins de janeiro de 1711, Simão Ribeiro Ribas, Miguel Correa Gomes e Domingos da Costa de Araújo tomaram uma sumaca em Salvador e voltaram para o Recife. Joaquim de Almeida seguiu para a Paraíba, ao encontro do governador João da Maia, favorável aos recifenses. Naquela capitania, organizou a resistência e as estratégias para o abastecimento de víveres do Recife. Os mercadores do Recife dedicaram-se à reconquista da praça ocupada pela nobreza.

Durante o governo do bispo, a nobreza olindense temia a reação de Lisboa ao ato de desagravo à autoridade colonial. Em junho de 1711, os recifenses prenderam Bernardo Vieira de Melo, um dos mais exaltados partidários da nobreza. O bispo governador foi deposto, e as linhas de defesa do Recife foram ocupadas. Quando Félix de Mendonça chegou à capitania, o quadro era de conflagração. O novo governador agiu com prudência e tratou de enquadrar a nobreza da terra e de restaurar as prerrogativas da recém-criada vila. Segundo o registro do médico cronista Dr. Manuel dos Santos, a formação da nova Câmara do Recife contou com os mais destacados membros da Irmandade franciscana do Recife. Dentre votantes e eleitos, destacam-se os nomes de Joaquim de Almeida, Simão Ribeiro Ribas, Manuel de Souza, Francisco Gonçalves da Silva e Francisco Cazado Lima. A maior parte dos “homens bons” do Recife pertencia à entidade leiga franciscana. Sancionada pela tradição religiosa do Império e por seus critérios seletivos de admissão, a Ordem Terceira franciscana do Recife exerceu um papel de relevo, enquanto instância legitimadora, no sentido da promoção do grupo mercantil e da cristalização das elites políticas locais.

1.2. Questões historiográficas e metodológicas

O campo conceitual e historiográfico relativo à temática acima exposta se refere fundamentalmente à questão da formação das elites locais e à construção de espaços político-institucionais de poder no âmbito da sociedade da colônia portuguesa da América, o que, por sua vez, remete às reflexões sobre a natureza do Império ultramarino português e às relações entre o centro metropolitano e a periferia colonial. Neste sentido, o plano metodológico adotado exigiu o cruzamento de um eixo horizontal e vertical de questões, na interseção dos estudos mais voltados para a constituição e a natureza do Império e a produção historiográfica relativa à colônia, notadamente à história da capitania de Pernambuco. O presente trabalho objetiva fazer uma contribuição às investigações recentes relativas à emergência de grupos sociais no seio da sociedade colonial, tradicionalmente marcada por interpretações que se baseiam na relação vertical entre metrópole e colônia e na dicotomia da estrutura social entre senhores e escravos.

Isto posto, vale abordar algumas questões historiográficas e conceituais gerais mais relevantes subjacentes às reflexões sobre a formação das elites sociais e os espaços político-institucionais dos poderes locais e municipais no cômputo do Império luso, nas quais estão inscritas a temática aqui apresentada. De partida, colocam-se as obras seminais de Charles Ralph Boxer (1904-2000): **Portuguese society in the Tropics** (1965) e **O Império marítimo português 1415-1825** (1969; edição brasileira 2002). O primeiro é o resultado de uma série de conferências proferidas na Universidade de Wisconsin, no ano de 1964, no qual o historiador inglês explora um aspecto relativamente desconhecido até então: a relevância e o funcionamento das municipalidades no Império português. Boxer traça os mecanismos de funcionamento de quatro Câmaras municipais do Império luso: Goa, Macao, Salvador e Luanda, consideradas por ele como as mais representativas do Império talássico português na Ásia e no atlântico sul. Boxer assinala a importância das Câmaras municipais para a sustentação do Império, uma vez que o Estado não dispunha de recursos para manter os seus domínios. O autor identifica similaridades no funcionamento das Câmaras analisadas, a despeito de estarem situadas em grande distância umas das outras. O conservadorismo na manutenção dos privilégios, a resistência à autoridade autocrática do governador ou do vice-rei, o canal de comunicação direta com a Coroa e a rivalidade com outras instâncias do poder metropolitano, em especial com o Tribunal da Relação, foram características comuns às Câmaras investigadas por Boxer. As Câmaras garantiam um elemento de estabilidade e de continuidade. Predominantemente compostas de homens brancos, com pouca mistura de sangue mestiço, as Câmaras tendiam a formar oligarquias locais que se autoperpetuavam. Para Boxer, os Senados das Câmaras ultramarinas contribuíram para manter a unidade do Império português, assim como a igreja e as ordens religiosas.

Em **O Império marítimo português**, o historiador afirma que uma das singularidades do Império ultramarino português foi a transferência para as terras conquistadas do modelo de organização política característica do território continental. No além-mar, os Conselhos Municipais sofreram algumas adaptações, mas, de modo geral, funcionavam como um importante mecanismo de incorporação das elites sociais coloniais à lógica do Império. Boxer destaca a relação dos “homens bons” das Câmaras Municipais com as composições das

Ordens religiosas de maior prestígio, ponto fulcral de embasamento teórico da tese. Ele ainda realça o protagonismo das elites coloniais instaladas nas Câmaras Municipais e nas Irmandades: “Quem não está na Câmara está na Misericórdia [...] e isto vale também para as instituições do ultramar”.¹ O provérbio alentejano recuperado pelo historiador é particularmente inspirador para a construção dos argumentos apresentados no âmbito da tese. Boxer ainda mostrou como essas instâncias de poder local, “pilares gêmeos da sociedade colonial”, serviam como “cimento do Império”.

O estudo de António Manuel Hespanha sobre o advento do Estado moderno em Portugal, no qual o autor discute a questão da centralização do poder, é marco na produção historiográfica sobre o período. Em **As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político** (1994), Hespanha questionou sobre a constituição do Estado moderno português. O historiador português destaca as especificidades históricas da monarquia portuguesa do Antigo Regime, bem como a de seu vasto Império ultramarino, cuja forma de organização político-administrativa não acompanhou a tradição clássica europeia. A obra de Hespanha examina a constituição política e os paradigmas político-institucionais da sociedade portuguesa da época moderna, cujas origens remontam à questão da centralidade, dos poderes periféricos e dos espaços de protagonismo das elites sociais locais. Ele acentua a atuação dos grupos sociais locais no exercício do poder político, matizando a noção de absolutismo aplicada à monarquia portuguesa, o que aduz a uma perspectiva menos centralista na relação de poder entre a metrópole e a colônia.

No entender de Hespanha, categorias como “Estado”, “poder absoluto” e a ideia de “centralização” não são capazes de dar conta da alteridade das estruturas e das ações políticas de Portugal durante a época moderna, principalmente no século XVII, período de concentração de seu estudo. Daí a adoção da categoria Antigo Regime, que enfatiza a diversidade das práticas políticas no “sistema de poderes” da história europeia compreendida entre o Renascimento e as revoluções liberais. Ele defende o caráter pluralístico da organização política do Antigo Regime em Portugal, na permanência do “paradigma não estadualista” ou

¹ BOXER, Charles R. **O Império marítimo português – 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 299.

“corporativo”, baseado na história jurídica, que, para ele, prolonga-se até a metade do século XVIII, sofrendo alguma contração no período da governança joanina. Há em Hespanha uma crítica às interpretações que enfatizam excessivamente a centralidade do poder monárquico. Para o autor, ao longo da época moderna, até Pombal, prevaleceu em Portugal o modelo estamental e corporativo da sociedade, que se baseava na multiplicidade das instâncias normativas e na pluralidade jurisdicional. O esquema polisidonal permitia a proliferação de nichos de poder distantes do centro. Seus argumentos conformam a matriz dos estudos sobre a gênese dos poderes periféricos no reino e no ultramar, ponto de partida para a formulação da tese.

De acordo com Hespanha, “parece difícil de sustentar a tradicional imagem de um império centrado, dirigido e drenado unilateralmente pela metrópole”.² Assim como Boxer, ele aponta para as dificuldades do reino português em administrar e manter seu Império com a escassez dos meios de que dispunha a Coroa. As grandes extensões oceânicas só podiam ser controladas com o emprego de expedientes não tradicionais e pouco ortodoxos aos princípios da racionalidade administrativa. A convivência simultânea de instituições variadas, a mistura de poderes e a recorrência a instância de poderes informais foram as marcas diferenciadoras da organização político-administrativa do Império luso. Na perspectiva de Hespanha,

O resultado seria um império pouco homogêneo, descentralizado, deixado ao cuidado de muitos centros políticos relativamente autônomos, ponteados de soluções políticas bastante diversas e onde a resistência do todo decorria de sua maleabilidade, mas também de mútua vigilância e pontuais reforços e subsidiariedades das ligações entre as partes.³

A interpretação de Hespanha acerca do papel não totalizante da Coroa produziu uma viragem na produção historiográfica das últimas duas décadas em Portugal e no Brasil, transformando-se em uma alternativa interpretativa às vertentes historiográficas que sustentam a preponderância das relações de dominação vertical emanada do centro em direção à periferia, segundo as quais a

² HESAPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Coimbra: Almedina, 1994. p. 11.

³ HESAPANHA, António Manuel. Os poderes num Império oceânico. In: MATTOSO, J. (Org.). *História de Portugal*. v. 4. O Antigo Regime – 1620-1807. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. p. 398.

Coroa portuguesa desempenhava um papel absolutista e explorador das riquezas das colônias, sem considerar os espaços e os mecanismos internos de atuação dos grupos locais. Seus escritos indicam a importância dos limites do poder real, ditados pelo enquadramento da doutrina jurídica, pelos deveres morais da “economia do dom” e pelos poderes alargados dos oficiais do ultramar. Ele aponta para outros planos de institucionalização da vida colonial e para a constituição dos poderes locais, em cujo campo estão inseridas as questões temáticas aqui analisadas.

A abordagem de Hespanha relativamente ao caráter estamental da sociedade portuguesa do Antigo Regime, à questão da centralidade do poder monárquico e à natureza da organização administrativa do Império ultramarino tem repercutido, de diversas maneiras, na produção historiográfica contemporânea em Portugal e no Brasil. As produções dos historiadores portugueses Pedro Cardim, Francisco Bethencourt, Diogo Ramada Curto, Fernanda Olival e Nuno Gonçalo Monteiro aprofundaram a perspectiva aberta inicialmente por Hespanha, no que concerne às redes de poder existentes na monarquia portuguesa e à necessidade de adoção de novos parâmetros conceituais e teóricos para dar conta das dimensões econômicas, políticas e simbólicas do Antigo Regime português. No Brasil, os representantes desta corrente buscam aliar os nexos imperiais às dinâmicas da sociedade colonial. Os historiadores João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, organizadores da publicação **O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)** (2001), são os nomes mais sonantes, cujos escritos historiográficos contribuem para inscrever os estudos acerca do Brasil colonial no âmbito do Império ultramarino e do Antigo Regime português.⁴ Destaco o ensaio de Maria Fernanda Bicalho “As Câmaras ultramarinas e o governo do Império”, tributário da obra de

⁴ João Fragoso e Manolo Florentino são autores de outro importante livro, **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (1790-1840)**, de 1993, no qual apresentam suas investigações sobre a elite mercantil do Rio de Janeiro em fins do século XVIII. Os historiadores acentuam a existência de um fluxo rendoso de mercadorias no contexto interno da sociedade colonial, de uma dinâmica interna capaz de possibilitar a reversão de capitais acumulados a serem reinvestidos localmente. Eles destacam ainda as despesas com bens suntuosos, para efeito de representação e afirmação social do grupo mercantil. Em **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**, de 2000, Luis Felipe d’Alencastro também questionou as interpretações correntes sobre o comércio triangular entre Portugal, os portos africanos e a colônia americana. O historiador anotou a acumulação de grupos mercantis locais na produção de mercadorias e no fabrico de embarcações destinadas ao tráfico de escravos.

Charles Boxer. A historiadora enfatiza a importância do governo local e discorre sobre a diversidade das entidades edilícias nas diferentes regiões do Império. Analisa ainda a questão das origens sociais do corpo governativo das municipalidades, “a gente nobre da governança”. Ao lado de Vera Lúcia Amaral Ferlini, Maria Fernanda Bicalho é também organizadora da coletânea **Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império português – séculos XVI a XVIII** (2005), em que se registra o diálogo de diferentes visões sobre o Império português, com a participação de historiadores brasileiros e portugueses.⁵

Em **Na trama das redes. Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**, recentemente publicado, Maria de Fátima Gouvêa e João Fragoso deram continuidade às reflexões e ao debate acadêmico desencadeado pela publicação de **O Antigo Regime nos Trópicos**. O livro apresenta um conjunto de estudos historiográficos de diversos autores alinhados com a postura crítica da perspectiva binária das relações sociais vivenciadas entre o reino e suas possessões ultramarinas. Tendo por base o conceito de rede, o livro contém contribuições que realçam as dinâmicas relacionais e o sentido de movimento dos diversos grupos sociais em conexão com os espaços no mundo português, ponto essencial trabalhado pela tese. Saliento o ensaio de Hespanha, “Antigo Regime nos trópicos?”, em que o autor reafirma a pertinência da adoção do modelo corporativo do Império português da época moderna ao contexto colonial da América portuguesa.

A obra de Nuno Gonçalo Monteiro estabelece um diálogo crítico com o legado de Hespanha. A contribuição de Monteiro para o debate historiográfico é da maior relevância para a sustentação dos fundamentos teóricos da tese. No entendimento desse autor, o Antigo Regime em Portugal encerrou algumas particularidades históricas que são decisivas para a compreensão das relações entre o centro e a periferia. Em “Monarquia, poderes locais e corpos intermédios no Portugal moderno (séculos XVII e XVIII)”, capítulo de **Elites e poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo** (2007), Monteiro discorre sobre as

⁵ O livro é resultante das intervenções realizadas em um seminário temático no XXII Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (ANPUH), ocorrido em 2003. Os ensaios selecionados apontam para uma revisão da história colonial brasileira. O conjunto dos textos discute a tessitura das redes de poder, clientela e negócios na dinâmica do Império português, sob a perspectiva conceitual e teórica que privilegia a ideia de Império e a conexão do centro na monarquia em Portugal com as regiões das conquistas lusas, conectando-se umas às outras.

especificidades históricas portuguesas, a constituição do reino como fruto de uma reconquista, e como tal dotado de homogeneidade institucional, diferentemente das “monarquias compósitas” (o conceito é de John Elliott) da Europa de então.⁶ Neste texto, ele afirma que, à exceção do período filipino, a monarquia coincidiu com o reino. Para ele, em Portugal não havia a existência de corpos políticos intermediários entre o centro e a periferia, característica do Antigo Regime, o que revela uma tendência à centralização. Conforme Monteiro, essa realidade decorria da herança medieval. Nesse período, o território foi formado pela conquista e não pela assimilação de comunidades autônomas, o que garantiu uma homogeneidade institucional. Os interlocutores locais com o poder central seriam apenas as Câmaras municipais. O autor sustenta que os focos de poderes locais foram diminuídos após a Restauração em 1640. A nova dinastia bragantina não consentiu o florescimento de outras casas nobiliárquicas, promovendo uma concentração dos “grandes”. A paz com a Espanha em 1668 coincidiu com o declínio do poder senhorial e a decadência das cortes, o que marcou a história de Portugal no século XVIII.

Talvez seja esse um dos pontos de discordância desse autor com Hespanha, que defende a permanência do pluralismo administrativo em razão da inexistência de um centro exclusivo de poder até pelo menos o advento de Pombal. Hespanha enfatiza a debilidade do enquadramento político-administrativo do absolutismo português, cuja administração imperial foi baseada na autonomia e na modularidade das partes, bem como na economia dos meios, ao contrário do que aponta Monteiro. Para esse autor,

⁶ De acordo com Monteiro, John Elliott definiu as “monarquias compósitas” como aquelas que “integravam sob a vinculação a uma mesma dinastia reinante território com diversa história e com uma existência anterior enquanto entidades políticas autônomas”. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Monarquia, poderes locais e corpos intermédios no Portugal moderno (séculos XVII e XVIII). In: _____. **Elites e poder**. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo. 2. ed. Lisboa: Imprensa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007. p. 23.

A ausência de instituições regionais, o declínio do poder senhorial, a erosão de todos os corpos intermédios, serão marcas distintivas da história portuguesa no século XVIII. Dificilmente se pode descrever já a monarquia como uma constelação de poderes, como fez António Hespanha, reportando-se ao século XVII. Não se trata de sugerir a onipresença da Coroa e da centralização, ou, noutro sentido, de afirmar a existência precoce de um sentimento nacional generalizado. Mas de reconhecer entre as marcas peculiares da realidade portuguesa do Antigo Regime tardio a escassa expressão política de qualquer tipo de corpos, para além das instituições estritamente locais.⁷

Conforme Monteiro, as instituições locais, ou seja, os Concelhos e suas Câmaras municipais conformavam o principal foco de poder, na ausência de corpos intermediários regionais. Esses poderes locais constituídos estavam associados à formação de “oligarquias municipais”, que coexistiam com outras instituições relevantes, tais como as misericórdias e as ordenanças. Os ofícios da governança dos municípios conferiam status de nobreza aos seus ocupantes, incompatíveis, em teoria, com os ofícios mecânicos. O historiador realça que o absolutismo em Portugal não promoveu de imediato a “domesticação” da primeira nobreza pela monarquia. O Conselho de Estado tendeu a absorver a participação das principais figuras da aristocracia nas decisões relevantes da política. Entretanto, ele destaca a existência de “zonas intermediárias” dotadas de certa fluidez, nas quais se dava a “circulação das elites” em uma sociedade de caráter aristocrático. Monteiro faz uma análise valiosa a respeito das trajetórias e dos canais de flexibilização social no bojo de uma cultura política hostil à ideia de mobilidade social. As vias de promoção dos homens nascidos “sem qualidade de nascimento”, a formação da elite burocrática e da magistratura e das nobrezas coloniais são abordadas por ele. Suas reflexões acerca das dinâmicas de mobilidade social, embora mais centradas no contexto histórico da metrópole, são cruciais para a questão da emergência de novos grupos sociais de elite no âmbito da sociedade colonial.⁸

⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e poder**. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo. 2. ed. Lisboa: Imprensa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007. p. 35-36.

⁸ Com respeito à questão da mobilidade social no âmbito da sociedade colonial, crédito a coletânea **Conquistadores e negociantes. História de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**, organizada por João Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida e António Carlos Jucá de Sampaio (2007). Trata-se de um conjunto de textos que abordam as trajetórias dos grupos de elite ligados às atividades da economia colonial: a nobreza da terra (os descendentes das famílias que comandaram a conquista da América portuguesa e os agentes responsáveis pela organização da base produtiva) e os comerciantes de grosso trato, homens da mercancia, com pretensões de relevo social e hegemonia política. Relativamente ao processo de nobilitação no espaço colonial, destaco o trabalho de Maria Beatriz Nizza da Silva, **Ser nobre na**

Analisando a hierarquia nobiliárquica durante a dinastia de Bragança no decorrer do Antigo Regime (1640-1832), no ensaio “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”, em **Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português – séculos XVI a XIX** (2005), Monteiro coloca-se favorável à tese de Jack Greene, historiador das colônias inglesas na América do Norte, acerca da dimensão negociada do Império, revalorizando a autonomia e a vitalidade das elites locais e regionais. Entretanto, no corpo do texto em menção, elabora uma revisão de seu pensamento quanto à natureza do Estado moderno português. Diz ele:

Na verdade, dei-me bem conta do que tem vindo a mudar quando, ao preparar a reedição de um texto com alguns anos no qual insistia na ideia de que Portugal não constituía uma “monarquia compósita”, apercebi-me de que a definição aí apresentada de uma monarquia coincidente com o reino, apoiada nos proventos de suas “conquistas” já não me satisfazia. Uma das características fundamentais da administração portuguesa na colônia, destacada em estudos recentes, era sua divisão não só espacial, mas também setorial, em instâncias múltiplas, as quais mantinham todos canais de comunicação política com Lisboa, e que frequentemente colidiam entre si.⁹

Para Monteiro, Portugal do Antigo Regime era uma “monarquia pluricontinental”, em permanente comunicação e negociação entre as elites da periferia imperial com o centro metropolitano do poder. Ele mostra de que maneira a possível integração das periferias coloniais não se deu pelo enraizamento dos agentes oficiais da Coroa, mas de instâncias distintas dos diversos setores das elites sociais da colônia. No entender do historiador, a integração das conquistas coloniais na monarquia se dava por meio dos municípios e de outras instituições locais e do direito de petição para o centro, o

colônia (2005), em que analisa a evolução do conceito de nobreza ao longo de quase três séculos do período colonial. Para a autora, a história da nobreza colonial é complexa e está relacionada aos serviços prestados pelos vassallos e às mercês concedidas pelos monarcas, que constituíram a chamada “nobreza civil ou política”. As formas mais visíveis da nobreza colonial estavam ligadas à concessão do foro de fidalgo da Casa Real, à atribuição de hábitos das três Ordens militares (Cristo, Santiago e Avis), aos postos da oficialidade e aos “homens bons”, aqueles elegíveis para os cargos municipais.

⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães mores do Império atlântico português do século XVIII. In: **Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português – séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 95. As guerras liberais portuguesas, considerado o marco final da sociedade do Antigo Regime em Portugal, ocorreram entre 1831 e 1834, opondo o partido constitucionalista liderado pela Rainha D. Maria II e o seu pai D. Pedro I do Brasil ao partido tradicionalista de D. Miguel I de Portugal, por conta da sucessão do trono português.

que ocorria sistematicamente, inclusive, muitas vezes, desautorizando os governadores. Nessa comunicação direta, residia o equilíbrio dos poderes distribuídos entre o centro e a periferia. O axioma da “centralidade do centro”, defendido em “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”, em **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)** (2001), tem por base a comunicação política com a corte e a flexibilidade do sistema. Neste ensaio, Monteiro ainda anota a importância dos símbolos, valores e crenças emanados do centro e incorporados pelas elites coloniais voltadas para os padrões de signos de distinção definidos pela cultura do Império.

O tema das representações, da maior relevância para os argumentos defendidos no corpo da tese, é tratado pelo autor no ensaio “O ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”, publicado na **Revista Almanack Braziliense** (2005), no qual ele apresenta alguns aspectos dos mecanismos de nobilitação e dos processos de mobilidade e ordenação social da monarquia portuguesa. Monteiro analisa os dispositivos de hierarquização interna de titulação e de outorga utilizados pela Coroa como instâncias de regulação do espaço nobiliárquico. Ele revela que havia, em Portugal, durante o Antigo Regime, uma estrutura nobiliárquica específica, marcada por uma grande diversidade de ofícios e funções. Daí a necessidade dos rituais de afirmação e visualização dos poderes, dos signos de distinção e de prestígio, ou seja, das representações. Segundo o historiador, as evoluções e as mudanças da ordem social ocorriam invocando a tradição e as velhas classificações.¹⁰

Ainda em “Trajetórias sociais e governos das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”, ao analisar o recrutamento para os principais ofícios da monarquia nas colônias, notadamente a partir de 1640, Monteiro busca aliar a análise das características da hierarquização nobiliárquica portuguesa com o

¹⁰ A questão da especificidade da estrutura da sociedade portuguesa do Antigo Regime é tratada por Vitorino Magalhães Godinho em **Estrutura da antiga sociedade portuguesa** (1971), notadamente, no valioso capítulo “A estrutura social do Antigo Regime”, em que o autor analisa as divisões em estados ou ordens, assim como os valores e os comportamentos dos diversos estratos sociais da sociedade portuguesa do Antigo Regime.

estudo dos fluxos econômicos e financeiros inerentes ao chamado “antigo sistema colonial”, que embasou a obra clássica de Fernando Novais, **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial** (1979). Novais prioriza as interpretações no plano socioeconômico do monopólio comercial e do tráfico de escravos, com foco na crise geral do sistema de colonização mercantilista, entre 1777 e 1808.¹¹ Ele defende que o modelo do “antigo sistema colonial” estava relacionado à fase da acumulação primitiva de capitais. O propósito de Monteiro de articular as esferas econômica (antigo sistema colonial) e ideológica (Antigo Regime) foi observado por Laura de Mello e Souza, em **O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII** (2006), para quem a combinação dos modelos explicativos representa uma perspectiva de renovação para a historiografia, principalmente com relação à aplicação aos estudos sobre a colônia brasileira, na qual a questão da escravidão não pode ser tomada secundariamente.

Reside aí a principal crítica da historiadora à adoção não cuidadosa da categoria Antigo Regime pelo que ela chama de “nova produção historiográfica brasileira”, representada pelos organizadores da coletânea **O Antigo Regime nos Trópicos** (João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho). Para Laura de Mello e Souza, o conceito de Antigo Regime está relacionado à preponderância da esfera da política sobre a da economia. No seu entender, a perspectiva analítica de Hespanha precisa ser questionada sob pena de serem totalmente diluídos os antagonismos entre os interesses metropolitanos e coloniais. Laura acrescenta que o historiador português resvala nas dificuldades de compreensão da diversidade das regiões do ultramar, onde, para ela, “não havia ausência de Estado, mas um Estado com racionalidades outras”.¹² Em resposta à argumentação da historiadora, no artigo “Depois do Leviathan”, publicado na **Revista Almanack Braziliense** (2007), Hespanha sustenta que sua tese referente ao policentrismo, o pluralismo jurídico-político e a confusão jurisdicional da

¹¹ Fernando Novais amplia o modelo de análise marxista proposto por Caio Prado Júnior em **Formação do Brasil contemporâneo. Colônia** (1942), em cuja obra o autor sustenta a existência da colônia em função dos grupos privilegiados da metrópole, no controle e na exploração das riquezas advindas da colônia, uma realidade “voltada para fora”. A estrutura social composta por senhores e escravos não permitia a formação de um mercado interno. Em linha com Prado Júnior, Celso Furtado, utilizando-se das ferramentas de análise da escola estruturalista, em seu estudo clássico **Formação econômica do Brasil** (1959), aprofunda a análise da economia colonial, seu caráter “extrovertido”, baseada na exploração da mão de obra escrava e determinada pelos interesses dos grupos metropolitanos, responsáveis pela “realização da produção”.

¹² MELLO E SOUZA, Laura de. **O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 73.

monarquia corporativa também se aplica ao caso da colônia brasileira. Para ele, havia “uma enorme falta de domínio do centro sobre a periferia”. Ele indaga sobre a dúvida de Laura quanto à possibilidade de ter existido um Antigo Regime nos trópicos. Hespanha defende a compatibilidade da adoção da categoria Antigo Regime em uma sociedade escravocrata, na medida em que o escravo teria seu lugar na sociedade corporativa no domínio da casa e da família.

Efetivamente, a adoção da categoria Antigo Regime, identificada a uma sociedade desigual de privilégios e de hierarquias, propicia a incorporação das manifestações simbólicas e das “representações simbólicas” ao plano institucional e político da análise, conforme o conceito delineado por Roger Chartier em **A história cultural entre práticas e representações** (1985; edição portuguesa 1990). Segundo o autor, a noção de “representação simbólica” ocupou lugar central nas sociedades do Antigo Regime, marcadas pelas formas de teatralização da vida social. De acordo com Chartier, o conceito de “representação simbólica” é historicamente originário das sociedades do Antigo Regime:

[...] a noção de representação é um dos conceitos mais utilizados pelos homens do Antigo Regime, quando pretendem compreender o funcionamento de sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem compreender o mundo.¹³

Os “signos do poder”, as insígnias, os monumentos, os emblemas, as medalhas, também expressos por cerimônias, gestos e rituais, constituem o cerne da cultura política das sociedades de corte do Antigo Regime. Esta dimensão, incorporada por Chartier e tratada, no âmbito dos estudos sociológicos, por Norbert Elias, em sua obra consagrada **A sociedade de corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte** (1983; edição brasileira 2001),

¹³ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Editora Difel, 1990. p. 222. Relativamente às análises que ensejam a associação da dimensão simbólica à esfera política, cabe creditar, no corpo da historiografia brasileira recente, o livro de Rodrigo Bentes Monteiro **O rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização na América (1640-1720)**, de 1999, em que o autor estuda a projeção da imagem da monarquia no ambiente colonial da América portuguesa. O historiador, que também se inspirou na obra de Ernst Kantorowicz **Os dois corpos do rei. Um estudo sobre a teologia política medieval** (1957; edição brasileira 1998), trouxe uma renovação aos estudos sobre a época colonial relativamente ao alargamento acerca das questões do campo do poder e da política. Bentes Monteiro incorpora a dimensão simbólica como eixo de sua análise sobre o papel desempenhado pela imagem régia no contexto colonial.

está inscrita no escopo das questões inerentes à temática da tese, que trata do culto ao cerimonial, às precedências e à visibilidade do poder como uma instância fundamental para o processo de afirmação identitária e de promoção social dos “homens de negócio” do Recife.

Os espaços simbólicos e as estruturas mentais de comunhão de valores e crenças são particularmente relevantes para as análises historiográficas relativas ao Império português, na medida em que engendram as múltiplas práticas informais de poder, tais como a lógica das reciprocidades e da formação de redes clientelares, que assumiram função crucial no espectro das negociações, das disputas políticas e das decisões do poder central, conforme apontou Hespanha. O historiador refere-se à “economia do dom”, que se inscreve na relação dos reis com os seus súditos, principal fonte de estruturação das relações políticas do Antigo Regime. Este conceito tem inspiração no campo da antropologia estudado por Marcel Mauss das atividades do dar, receber e restituir, que perpassavam as relações sociais e políticas. Ao dom, estavam associados os benefícios, as mercês, a dádiva, a amizade e o favor, práticas que estavam subordinadas a uma dimensão não apenas econômica, mas, principalmente, de ganhos simbólicos. Os cálculos de estratégias de prestígio e os investimentos nos rituais públicos magníficos integravam o aparelho de reprodução dos vínculos sociais, enquanto instrumentos políticos.¹⁴ A questão das estratégias para a obtenção de bens simbólicos é um aspecto fundamental para o desenvolvimento da análise contida na tese.¹⁵

Fernanda Olival, autora de **As Ordens militares e o estado moderno. Honra, mercês e venalidade em Portugal (1641-1789)** (2001), examinou as Ordens militares de Cristo, Avis e de Santiago, no âmbito da história social e política, a partir das considerações historiográficas em torno das especificidades do poder simbólico no Antigo Regime português. A trilogia honra, mercê e venalidade, indicativas do relevo social e do reconhecimento régio, estavam vinculadas aos valores característicos do Antigo Regime. Trata-se de um estudo exemplar, que se insere no âmbito das questões da “economia das mercês”,

¹⁴ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, J. (Org.). **História de Portugal**. v. 4. O Antigo Regime – 1620-1807. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. p. 382.

¹⁵ De acordo com Laura de Mello e Souza, a “economia política de privilégios” é uma formulação imprecisa e irrelevante, que só concorre para criar uma “versão tropical do Antigo Regime europeu”, contestada pela historiadora, que entende que o Antigo Regime foi circunscrito ao período histórico da França pré-revolucionária.

conforme examinada por Hespanha. A historiadora sublinha que este legado medieval foi cooptado pelo Estado moderno português como importante veículo de poder, exercido por meio de laços múltiplos de interdependências, ou de redes clientelares. Para Fernanda Olival, as Ordens militares representavam um capital simbólico e econômico, para o qual concorriam reciprocidades, mediações e negociações. Sublinho que as regras para as concessões das distinções honoríficas não ficaram restritas aos súditos do reino, em que pesem as flexibilizações cometidas no ambiente colonial. O estudo da historiadora congrega grandes elementos para a questão do poder simbólico no âmbito das sociedades do Antigo Regime português.

A incorporação da dimensão simbólica às análises político-institucionais aduz ao conceito de uma cultura política do Antigo Regime. Diogo Ramada Curto, no ensaio “Portuguese Imperial and colonial culture”, em **Portuguese oceanic expansion, 1400-1800** (2007), organizado por Diogo Curto e Francisco Bethencourt, examina a cultura política do Império colonial português, sublinhando a complexidade da expansão portuguesa, e as dinâmicas várias que requereram a produção de sentidos associados à criação e à imposição de novas formas de domínio. O historiador preocupa-se com as práticas e as “construções ideológicas” dos diversos atores sociais na defesa de seus interesses específicos econômicos e de status social. Curto e Bethencourt também são co-organizadores da publicação **A memória da nação** (1991), na qual reúnem uma coletânea de ensaios referentes à temática das representações e da afirmação da identidade da nação portuguesa. Destaco o ensaio “Ritos e cerimônias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVII)”, em que Curto mergulhou no universo pouco estudado das representações simbólicas e rituais da monarquia portuguesa dos séculos XVI a XVIII, período marcado por continuidades e descontinuidades dos programas de afirmação do poder real. O autor realça a importância dos investimentos dos dispositivos simbólicos como afirmação do poder, e revela que a timidez da monarquia portuguesa nesse sentido só veio a ser superada ao tempo do “Magnânimo”.

No caminho apontado por Hespanha sobre a pluralidade das esferas de poder e a “economia das graças e das mercês”, Pedro Cardim realizou um alentado estudo acerca das cerimônias das assembleias das reuniões das cortes, no

qual discorre sobre a questão da dispersão do poder político pelos corpos sociais e mostra como o rei português estava constrangido ao sistema de vários Estados e à superposição de diferentes jurisdições. Em **Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime** (1998), além do aspecto jurídico das várias instâncias normativas, Cardim acrescenta a interferência do mundo eclesiástico na ordem política do Antigo Regime português. Este aspecto, aliás, foi também focado por Hespanha, que também considera a questão da religião católica na cristalização da identidade da “república cristã” portuguesa e de seu povo considerado eleito. Em Portugal, o Antigo Regime assumiu uma matriz ético-católica que lhe foi distintiva. Cardim acrescenta: “estamos perante uma sociedade na qual as fontes do poder profano estavam profundamente marcadas por elementos religiosos, com os quais mantinham uma ligação ontológica”.¹⁶ O patrocínio da ação evangelizadora da Igreja no mundo colonial, por parte da monarquia por meio do sistema do Padroado Régio, foi um instrumento importante para a construção e consolidação do Império. A união entre a cruz e a Coroa prevaleceu até a defesa das regalias do Estado em relação à Igreja impostas pelo Marquês de Pombal. Também para o historiador Francisco Bethencourt, a contradição clássica entre “razão de Estado” e “razão religiosa” não se aplica ao caso português, já que a Igreja católica estava inserida no âmago do Estado imperial.

No volume **Portuguese oceanic expansion, 1400-1800** (2007), os organizadores reúnem importantes ensaios historiográficos sobre o Império português na era moderna, sob uma perspectiva global. Na primeira parte, são explorados aspectos da economia do Império. As questões relativas à variedade da empresa colonizadora integram a segunda parte do livro, que também enfoca as configurações locais de poder. O último bloco temático do livro é dedicado ao desenvolvimento cultural associado à expansão portuguesa. Dentre os escritos, destaque “Political figuration and local powers”, de autoria de Bethencourt. Neste ensaio, o historiador introduz o conceito de “nébula de poder”, que define a relação permanente, porém instável, entre o poder local e regional e as agências centrais da Coroa. No entender de Bethencourt, concorriam para o funcionamento

¹⁶ CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998. p. 32.

desse sistema complexo todos os mecanismos formais de controle sobre os povos, conforme teorizaram Giovanni Botero e Tommaso Campanella.¹⁷

O sistema mostra a constante presença da Coroa em todas as esferas da vida organizacional, distribuindo privilégios, legitimando nomeações, ratificando decisões e estabelecendo controle jurídico-financeiro. Na minha visão, a “nébula de poder”, que define o Império português, era mantida pelo rei, que se utilizava da competição e da hierarquia para manter seu próprio poder a distância.¹⁸

No sentido oposto de Hespanha, Bethencourt não comunga da tese da ausência do poder monárquico centralizado. Ele, contudo, acredita na presença heterodoxa desse poder infiltrado nas mais diversas instâncias. Não se trata de reivindicar a centralização, mas a centralidade dispersa nas mais diversas instituições atuantes no mundo periférico. Assim ele resumiu:

Meu entendimento do Estado Imperial não se identifica com a Coroa. Em vez, envolve a Igreja católica (com seus poderes diferentes: arcebispos, bispos, capelães, os principais das Ordens religiosas e beneficiários das Igrejas locais e todos designados por intervenção ou o consentimento do Rei), a Inquisição, os Conselhos Municipais, as Misericórdias (confrarias protegidas pelo Rei, que tiveram um papel fundamental na transmissão e execução dos testamentos), e as agências da Coroa operando em níveis diferentes (Casa da Índia, Conselho Ultramarino, vice-reis, governadores, juízes, capitães e agentes comerciais). Isso significa dizer que inclui todos os mecanismos formais que mantivesse “o firme controle sobre os povos” (como Botero diria), exercitasse o monopólio legítimo da violência, e regulasse os conflitos sociais.¹⁹

O pensamento de Bethencourt incorpora, à “nébula de poder” da monarquia lusa, o protagonismo das entidades religiosas, inclusive das

¹⁷ Frei Tommaso Campanella (1568-1639) foi filósofo, poeta e teólogo dominicano. Sua ideia de teocracia universal propunha um regime de unificação política de todo o mundo sob a égide da Igreja. Consoante com sua tese político religiosa, deveria ser instalado um estado universal governado pelo Papa, a monarquia dos cristãos. Giovanni Botero (1544-1617) foi pensador, padre e poeta. Ele se opôs à filosofia política de Maquiavel, pela falta do fundamento cristão. Em **Della ragioni di stato**, defendeu o poder do príncipe baseado na admiração e na afeição dos súditos. O filósofo exerceu influência na corte do Duque de Olivares. Botero dissertou sobre o Império português.

¹⁸ BETHENCOURT, Francisco. Political configurations and local powers. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Ed.). **Portuguese oceanic expansion, 1400-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 199. Esta e as demais citações de originais em língua estrangeira foram aqui livremente traduzidas.

¹⁹ BETHENCOURT, Francisco. Political configurations and local powers. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Ed.). **Portuguese oceanic expansion, 1400-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 200.

organizações compostas pelos leigos, uma formulação propícia às reflexões que buscam associar as organizações religiosas às esferas do poder político.

A renovação historiográfica relativa ao período colonial também contou com A. J. R. Russell-Wood e Stuart Schwartz, que estudaram a Bahia colonial sob diferentes aspectos. A obra de Russell-Wood inscreve-se nas análises sobre o centro e a periferia colonial. Ele comunga do conceito desenvolvido pelo historiador Jack Greene, referente a “autoridades negociadas”. Russell-Wood aponta para a existência de mecanismos de representação local, tais como os Senados das Câmaras, arenas privilegiadas das negociações da sociedade colonial e da formação das elites sociais locais. Para ele, os colonos lograram desempenhar um papel protagonista no processo de flexibilização das normas imperiais. O historiador inglês igualmente reconhece as Irmandades e as Ordens religiosas leigas como lócus do poder local. É dele o estudo mais completo sobre a Santa Casa da Misericórdia de Salvador: **Fidalgos e filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia (1550-1755)** (1968; edição brasileira 1981), um trabalho pioneiro sobre as formas de sociabilidade na sociedade colonial, que marcou a escrita da história do Brasil colonial.²⁰

No ensaio “Prestige, power, and piety in colonial Brazil: the Third Orders of Salvador”, publicado na **Hispanic American Historical Review** (1989), Russell-Wood elabora um estudo específico sobre o papel histórico e social das Ordens Terceiras de Salvador da época colonial, uma sociedade marcada pela instabilidade e pela insegurança. O autor mostra como as Ordens Terceiras funcionavam como âncoras na instabilidade social do ambiente colonial. Ele busca compreender de que modo as Ordens Terceiras soteropolitanas eram organismos voltados para a caridade e para a filantropia, onde também estavam alocados a autoridade e o poder político dos “homens bons”. Para ele, há um déficit na historiografia na produção de estudos no campo da história social sobre essas entidades que não sejam do domínio exclusivo da história da arte. O conteúdo deste ensaio, no que tange à questão dos estatutos que regiam os Terceiros soteropolitanos, tais como pureza de sangue, cabedais acumulados e

²⁰ Relativamente à história das Santas Casas da Misericórdia, ressalto o importante estudo da historiadora Isabel dos Guimarães Sá, **Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império português** (1977), em que a autora faz uma análise das misericórdias fundadas em diferentes contextos coloniais portugueses, em articulação à afirmação dos poderes locais.

interdição para portadores de “defeito mecânico”, valores inerentes ao éthos nobiliárquico do Antigo Regime, é da maior importância para se estabelecer uma análise comparativa com as prerrogativas da agremiação recifense.²¹

A vasta e consistente obra de Stuart Schwartz, de grande auxílio para o aprofundamento do conhecimento acerca da sociedade da grande lavoura do açúcar, de seus principais grupos sociais e de suas múltiplas hierarquias e mobilidades, repercutiu fortemente no conjunto da produção historiográfica brasileira. No livro **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835** (1985; edição brasileira 1988), Schwartz realiza um estudo social e econômico da sociedade açucareira da Bahia e do Recôncavo baiano, o que serve de “espelho” metodológico para a compreensão das especificidades regionais da América portuguesa e do caso da província de Pernambuco, em particular. Em seu outro trabalho clássico **Burocracia e sociedade no Brasil colonial** (1973; edição brasileira 1979), o autor analisa não só os aspectos econômicos da produção e da mão de obra escrava, mas também o quadro social do topo da pirâmide social ocupada pelos burocratas do Estado português e pelos senhores de engenho e lavradores de cana. Ele mostra o gradativo entrelaçamento, via matrimônios, das elites nativas com os representantes oficiais da Coroa, em sentido oposto às concepções que estabeleciam uma oposição frontal entre os representantes da monarquia e as elites locais. Nesta publicação, o historiador oferece um quadro relativo à composição das elites locais, trabalhando, inclusive, com as trajetórias pessoais, um aspecto que inspirou os procedimentos da tese.

Considerando o eixo relativo à produção historiográfica acerca da história da capitania de Pernambuco, a obra legada por José Antônio Gonsalves de Mello conforma um conjunto imprescindível, principalmente no que tange à identificação das narrativas coevas, largamente publicadas e estudadas analiticamente pelo historiador. Dentre suas diversas publicações, destaco o livro **Um mascate e o Recife** (1957) e o ensaio “Nobres e mascates na Câmara do

²¹ A história das confrarias, irmandades e ordens terceiras em Minas Gerais durante os setecentos foi objeto de estudo de Caio Boschi em **Os leigos e o poder**. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais (1986), uma obra referencial na historiografia brasileira. Para o historiador, as entidades leigas religiosas integravam a estrutura da sociedade da região mineira setecentista, onde foi proibida a entrada e a fixação de ordens religiosas regulares (primeiras e segundas). Nas minas, a vida religiosa foi conduzida pelas associações leigas. O estudo de Boschi realça as especificidades dos grupos mineiros comparativamente aos de outras partes do império colonial português.

Recife, 1713-1738”, publicado na **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano** (1981). No livro, Gonsalves de Mello realiza um estudo biográfico de Antônio Fernandes de Matos, uma das figuras-chaves da Ordem Terceira franciscana do Recife. O trabalho monográfico do historiador pernambucano aponta para a recuperação de trajetórias biográficas, um caminho metodológico que foi seguido na composição da tese. Para a elaboração do ensaio sobre os membros da Câmara do Recife, Gonsalves de Mello encontrou um importante documento dos primórdios da instituição, no qual constam os nomes que compuseram a vereança entre 1713 e 1738. Ele mostra como o Senado da Câmara do Recife constituiu-se numa situação excepcional na colônia por ter sido dominado pela classe mercantil. O ensaio fornece informações de grande relevância para o estudo da entidade edilícia do Recife.

A obra lapidar de Evaldo Cabral de Mello, marcada pela elegância do estilo e pela suma erudição, constitui um campo fértil de conteúdos e de considerações historiográficas a serem observadas, notadamente as publicações: **A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715** (1995), **Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana** (1997) e **O nome e o sangue. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial** (2000). Com efeito, Cabral de Mello, ao lado das investigações realizadas por Antônio Gonsalves de Mello, resgataram definitivamente a lacuna historiográfica relativa ao norte açucareiro, obliterada pela historiografia tradicional durante o Segundo Reinado e a Primeira República, que, no entender do historiador, exalta excessivamente as narrativas sobre as bandeiras paulistas e a conjuração mineira. Em **A fronda dos mazombos**, Cabral de Mello busca revelar o nexu entre o período iniciado entre a expulsão final dos holandeses em 1654 e as alterações ocorridas em Pernambuco entre 1710-1711. Para ele, a presença dos holandeses e a luta contra o invasor em Pernambuco encerraram algumas especificidades históricas na trajetória da capitania, marcada por um longo processo de diferenciação social, insatisfação e de contestação política. Em **A fronda dos mazombos**, estudo definitivo sobre a Guerra dos Mascates, perfazendo cinco décadas, o autor discorre sobre as origens do conflito mascate, a conjuntura social

e econômica da capitania, seus principais personagens, a escalada do contencioso e o momento do acerto de contas e do perdão da Coroa.²²

Em **Rubro veio**, Cabral de Mello faz um estudo sobre a restauração pernambucana no imaginário nativista, no campo da história das mentalidades. A disseminação da ideia da restauração como um empreendimento realizado e sustentado pela gente da terra foi a fonte da matriz ideológica do sentimento nativista pernambucano. O historiador demonstra de que forma a experiência do domínio holandês derivou na singularidade da história de Pernambuco no conjunto da história brasileira. Já **O nome e o sangue** é uma obra que aprofunda as pesquisas sobre o transplante para a sociedade colonial de valores comuns às sociedades europeias do Antigo Regime, tais como “honra”, “reputação” e “pureza de sangue”. Cabral de Mello estuda a manipulação genealógica de uma importante família pernambucana empenhada em esconder os rastros de seu sangue impuro, a fim de obter comendas e distinções reais no contexto da virada do século XVII para o XVIII, no bojo das alterações políticas da capitania.

Se a obra de Cabral de Mello constitui a matriz historiográfica indispensável para a construção da tese, há que se considerar a onipresença inspiradora da obra de Gilberto Freyre, não só enquanto notável estudioso da sociedade colonial do açúcar, mas como conhecedor e entusiasta da história e do legado cultural deixado pela Ordem franciscana na região do atual Nordeste brasileiro. **A propósito de frades** (1959) reúne uma série de conferências proferidas pelo sociólogo quando das comemorações dos 350 anos da fundação do convento de Santo Antônio do Recife (1956) e do tricentenário da restauração da província franciscana do Brasil (1957). O conjunto dos textos publicados tem por fio condutor a premissa de que a presença franciscana na paisagem, na vida e na

²² **Guerra dos Mascates. Olinda e Recife** (1915) é o título da obra de Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo. A narrativa do autor, baseada no cotejamento das crônicas coevas, é carregada de parcialidade, favorável à causa dos recifenses. O conflito dos mascates também foi tema do livro do historiador pernambucano Mário Melo, **A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista** (1944). O autor, utilizando documentos desconhecidos até então, procurou demonstrar as origens do nativismo em Pernambuco. A interpretação de Mário Melo sobre a Guerra dos Mascates aduz à tese de Pernambuco como precursor da República no Brasil. Destaco também a conferência promovida pelo Instituto Histórico de Olinda por ocasião do 250º aniversário da revolução de 1710, proferida por Barbosa Lima Sobrinho, “Guerra dos Mascates”, publicada pela imprensa universitária em 1962. O autor coloca o conflito mascate à altura das bandeiras paulistas e da Inconfidência Mineira.

cultura da região litorânea setentrional da América portuguesa contribuiu para moldar uma civilização cristã no trópico.

Gilberto Freyre, José Antônio Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello integram a melhor tradição da historiografia pernambucana, da qual também fizeram parte Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928). Os trabalhos desses historiadores, filhos da terra pernambucana, foram essenciais para o percurso da tese. A escrita que se segue é inspirada nos estudos desses homens que delinearam a importância da riqueza singular da história de Pernambuco no âmbito da história da América portuguesa. A presente tese pretende trazer uma pequena contribuição ao legado desses grandes mestres que fizeram, no passado – e continuam a fazer no presente –, da narração histórica, uma marca indelével da cultura de Pernambuco.